

Editorial José Carlos Martins: Nunca dar nada como certo!

9 Julho, 2024



Editorial da edição n.º 124 da revista "Enfermagem em Foco", assinado pelo Presidente do SEP.

Numa pequena retrospectiva dos últimos meses, nada fazia supor que, com um acordo parlamentar na Região Autónoma da Madeira e dos Açores, fossem dissolvidos os parlamentos respetivos e se realizassem Eleições Regionais.

Nada fazia supor que, com uma maioria absoluta no Parlamento, este fosse dissolvido e, em consequência, fossem marcadas Eleições Legislativas.

Nada fazia supor que, **no ano em que se comemoram os 50 anos da Revolução de Abril, que acabou com um regime autoritário de extrema direita, tivéssemos hoje, no Parlamento, uma tão grande representação de uma direita populista.**

Nada fazia supor que anos e anos de luta, em Inglaterra pelo direito ao voto, nos Estados Unidos pela melhoria das condições de trabalho e pelas oito horas de trabalho diário, na Europa na resistência contra a ocupação nazi, em Portugal na luta contra o fascismo de Salazar e Marcelo Caetano, em Espanha contra Franco, e em todo o mundo pela igualdade salarial, pelo direito à interrupção voluntária da gravidez, etc., um grupo de pessoas entenda que o papel das mulheres é em casa porque "há coisas que só as mulheres sabem fazer". Tirando o ato de parir e amamentar que decorre da biologia, fica por esclarecer o que é que, nós homens, não podemos fazer ou aprender a fazer.

Nada fazia supor que tivéssemos uma guerra na Europa que já dura há dois anos.

Nada fazia supor que **a retaliação a um ataque terrorista redunde no quase genocídio de um povo, ao qual a comunidade internacional assiste de forma complacente.**

Nada fazia supor que, na Europa dos Direitos Humanos e do bem-estar social, fôssemos confrontados com a informação de que dinheiro nosso esteja a ser gasto para pagar a uns quantos para abandonarem seres humanos no deserto do Saara, impedindo desta forma que concretizem o seu sonho de ter uma vida melhor nos países ocidentais, desenvolvidos – e que, na sua maioria, atingiram esse estatuto, também, através da exploração da riqueza dos países dos quais aquelas gentes querem fugir.

Nada fazia supor que haveria um aumento da incidência de doenças sexualmente transmissíveis entre os mais jovens, da tuberculose, da violência.

Nada fazia supor que nesta Europa existam países, como a Finlândia, que querem restringir o direito à greve dos trabalhadores.

Nada fazia supor que voltássemos a ter surtos de doenças em Portugal que, depois do 25 de Abril, com a generalização da vacinação, foram dadas como erradicadas.

Nada faz supor que direitos adquiridos, incluindo o nosso bem-estar social – serviços públicos, segurança social, solidariedade intergeracional – possam estar em causa. Mas estão!

Daí que não podemos dar nada por adquirido.

Manter o que temos, incluindo a democracia e Portugal como um país de direito social e democrático, depende de nós.

Elegemos no passado dia 10 de março 250 deputados cuja relação partidária determinou um novo Governo sem maioria absoluta. Significa que existirão leis da responsabilidade da Assembleia da República que exigirão maior negociação. Outras serão só da responsabilidade do Governo como, por exemplo, o que vier a ser o resultado das negociações entre nós e o Ministério da Saúde.

Os nossos problemas são conhecidos, assim como as propostas de solução para a valorização da carreira de Enfermagem, a resolução das injustiças relativas que subsistem, a admissão de mais enfermeiros, a retenção de enfermeiros, a compatibilização da vida pessoal e da vida profissional, a aposentação mais cedo e o pagamento dos retroativos desde 2018.

Do processo negocial que se iniciou em 24 de maio, exigimos que o Governo cumpra o que assumiu como compromisso durante a campanha eleitoral, mas, **porque não podemos dar nada como certo, estou em crer que teremos de lutar, como sempre, para atingir os nossos objetivos.**

E não digo isto de ânimo leve. O Governo cumpriu com os professores e contou todo o tempo de serviço, permitindo-lhes, e bem, progredir na carreira. Nós perdemos 70% do nosso tempo quando nos foi imposto um modelo de avaliação que obrigou a mudar de posição remuneratória de 10 em 10 anos, quando antes era de 3 em 3 anos e nos Cuidados de Saúde Primários de 2,5 em 2,5 anos. Cumprirá para as forças de segurança, atribuindo-lhes uma compensação remuneratória pelo risco e pela penosidade. Cumprirá para os trabalhadores judiciais, porque a Justiça está “debaixo de fogo”. Acrescentou cerca de 300 milhões de euros aos 1,2 mil milhões de euros do Governo anterior para baixar o IRS.

Na Saúde, os médicos exigem mais um aumento de 15% nos salários (tiveram 15% no final de 2023) mas, mais do que o Governo estará disposto a atribuir aos profissionais de saúde, no Programa do Governo está a sua visão

para a Saúde: aumentar a contratualização com o setor privado e social. Ou seja, dinheiro que deveria ser investido no SNS em equipamentos e tecnologia, na valorização das carreiras dos profissionais de saúde e consequente aumento da oferta especializada em cuidados de saúde, poderá ir “parar às mãos” dos grupos económicos privados, sem que isso signifique a melhoria da obtenção de ganhos em saúde para os portugueses.

Como dizia: **não podemos dar nada como garantido. Também o serviço público de saúde geral, universal e tendencialmente gratuito, o Serviço Nacional de Saúde.**

E reforço – não podemos dar nada como garantido. Por exemplo, os incentivos das USF modelo B. Sempre afirmámos que, sendo incentivos e/ou suplementos, a qualquer momento poderiam ser retirados. Nada aponta para que o sejam, mas temos de estar alerta. O recente episódio do “erro informático” que retirou doentes da lista dos enfermeiros e/ou diminuiu o número de unidades ponderadas é bem demonstrativo da fragilidade da medida para os profissionais, para os enfermeiros. A única garantia para que não venha a acontecer é introduzir esses valores como remuneração da carreira, para todos, incluindo os que nunca tiveram, nomeadamente os colegas das Unidades de Cuidados na Comunidade, de Cuidados de Saúde Personalizados e de Saúde Pública.

O mesmo acontecerá com os incentivos associados aos Centros de Responsabilidade Integrada. Justificam os governos que os incentivos são atribuídos para aumentar a produção e a produtividade.

Diria que a produtividade dos enfermeiros não deverá ser apenas medida por aí. Deverá sê-lo também pelo processo com que atingimos os objetivos. E o processo é: quais são os ganhos em saúde pelos cuidados de proximidade que prestamos; quais são os ganhos que, resultante da relação de confiança com os familiares, estes aceitam receber os seus familiares em casa ao invés de os deixarem internados nos hospitais; quais são os ganhos em saúde por mantermos uma vigilância dos doentes diabéticos, hipertensos, etc; quais são os ganhos em saúde por conseguirmos recuperar o mais cedo possível uma pessoa para a vida ativa; quais são os ganhos em saúde por, com o nosso ensino, nas escolas, principalmente, diminuirmos a incidência existente atualmente da diabetes tipo 1. São exemplos, simples, poucos, mas demonstrativos de que somos muito mais do que apenas incentivos por lista e ponderações. E será, certamente, uma reflexão coletiva a fazer.

Certo é que se aproximam momentos complicados e de confronto. De um lado, estaremos nós e outros representantes de trabalhadores a, justamente, exigir melhores condições de trabalho para quem representamos, e do outro, o Governo a, por opção própria ou por imposição da União Europeia, “desviar” dinheiro que deveria ser para melhorar o nosso bem-estar social para, por exemplo, a militarização da Europa. Não tenhamos dúvidas de que, a acontecer, todos seremos chamados a contribuir – e esse será outro, quiçá, dado adquirido, que não podemos dar como certo: não voltaríamos a ter de optar entre o bem-estar das pessoas e a compra de armamento.

São momentos de reflexão, mas também de ação.

Temos de refletir o impacto de tantas alterações que têm vindo a acontecer e novas realidades e, nunca dando nada como certo, certo é, que **só organizados conseguiremos atingir objetivos e lutar por mais direitos ou resistir para que não nos tirem o que levou tanto tempo e tantas vidas humanas a conseguir.**

José Carlos Martins

Presidente do SEP

